

## **ATA DA SEXAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e dez, na Sala nº 502 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública - CGFNPS reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Ricardo Brisolla Balestreri, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública e Presidente do CGFNPS; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República; Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Ministério da Justiça e a Procuradoria-Geral da República não foram representados. Participaram também da Sessão servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) provação da Ata da 62ª Reunião Ordinária; 2) Palestra sobre os novos sistemas de repressão qualificada (Dr. Ricardo Balestreri): 2.1) Projetos Fronteiras; 2.2) Aviação e 2.3) Policiamento Hidroviário.

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o Presidente fez uma abordagem preliminar informando aos presentes que a palestra proposta faz referência a três programas sistêmicos que estão sendo fomentados pela SENASP, quais sejam: 1) projeto fronteiras; 2) aviação e 3) policiamento hidroviário. O presidente destacou que a elaboração de projetos sistêmicos é uma antiga reivindicação do Colegiado, que ao longo dos anos tem alertado que a administração do Fundo não deve ser tópica ou fragmentada, mas sim sistêmica e o mais abrangente possível. Dito isso, o presidente destacou que nos últimos meses a SENASP tem se preocupado com a consolidação de políticas de segurança pública que poderão ser deixadas como uma herança para a próxima geração de gestores que sucederão o atual staff. E para tanto, a SENASP fez uma análise diagnóstica, que demonstrou algumas obviedades que muitas vezes passam despercebidas, a saber: 1) A constatação que na história contemporânea do Brasil tem-se construído políticas de segurança pública com foco em áreas urbanas. Esse paradigma predominante no país fez com que a maior parte dos investimentos da segurança fosse voltada para o meio urbano. Um exemplo disso, é a própria SENASP que desde a sua criação, como regra, vinha investindo milhões em viaturas que basicamente são utilizadas em áreas urbanas; 2) A percepção de que extensas áreas do Brasil não se inserem no meio urbano, é o que se denomina “Brasil profundo”, o qual não vem sendo atendido pela política de segurança pública contemporânea; 3) A comprovação de que o investimento em segurança pública em aviação e vias hídricas, que é uma maneira de se acessar o “Brasil profundo”, é baixíssimo, sendo eles a única forma de acessar alguns rincões brasileiros; 4) A confirmação, no mapa da criminalidade brasileira, de que o país é um ponto central na geopolítica do crime internacional, porque por aqui passam drogas, que seguirão para os mais diversos países. Tal constatação revelou ainda que para que isso ocorra, é necessário o uso de armas de fogo, as quais são introduzidas no país, pelas fronteiras secas e uma pequena parte, pelas fronteiras marítimas. O presidente declarou que é sabido que o Brasil é considerado, pelas máfias internacionais, um território livre. O presidente acrescentou que por tudo isso, se nada for feito, o Brasil, infelizmente, ficará muito pior do que está hoje, do ponto de vista da violência e do crime. O presidente afirmou que para fazer frente às questões destacadas, é preciso substituir a predominância do pensamento tático-operacional pela predominância do pensamento estratégico. Todavia, ele ponderou que essa substituição não deve desmerecer o pensamento tático-operacional o qual necessariamente deve estar imbricado com o pensamento estratégico, porque se estiver solto ele será um pensamento tópico e conseqüentemente vai fazer o Brasil ficar dando volta entorno da criminalidade nos grandes centros urbanos. O presidente informou que os gestores públicos sabem que o que alimenta o crime nos grandes e médios centros urbanos são as drogas

e as armas longas. Eles sabem também que a entrada dessas armas ocorre pelas fronteiras secas e que se for combatida a entrada por esta fronteira, ela naturalmente se migrará para as fronteiras marítimas. Logo, é obrigação do gestor público, imbuído do pensamento sistêmico, fazer alguma coisa. Neste sentido, a SENASP vem fomentando diversas ações sistêmicas, contudo, na reunião em questão, serão focalizados os três programas mencionados. O presidente relatou que dentre esses três programas, o primeiro a ser criado foi o da aviação em segurança pública. E em um ano e meio de implementação já foi possível: organizar a malha de helicópteros e aeronaves no país; estruturar o sistema normativo para aviação em segurança pública, que resultou na redução dos acidentes por falha humana em quase zero por cento e criar o Conselho Nacional de Aviação em Segurança Pública. O presidente informou que atualmente está em estudo a criação da inteligência em aviação. Ressaltou ainda, que uma prova do reconhecimento deste trabalho, foi o fato da SENASP passar a ter um assento no Comitê Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos – CENIPA. O presidente declarou que por tudo isso é possível afirmar que no Brasil existe um Sistema Nacional de Aviação em Segurança Pública, que conseqüentemente alcançará o “Brasil profundo”. Continuando, o presidente declarou que segundo programa criado trata-se do Policiamento Especializado em Fronteiras – PEFRON. E embora tenha sido criado recentemente, já existem alguns laboratórios sendo implantados, principalmente em regiões onde o crime no campo já é tradicional, como por exemplo, no Rio Grande do Sul, onde há décadas se houve falar do crime do abigeato. O presidente declarou que, segundo relatos do Prefeito de Bagé, em seis meses de instalação do PEFRON, já foi possível reduzir em 40% o crime no campo. O presidente esclareceu que o PEFRON trabalha integradamente com as polícias Federal, Rodoviária Federal e Exército. Seu objetivo é criar uma malha que vai do Amapá ao Rio Grande do Sul, cobrindo os 16 mil quilômetros de fronteiras secas. Entretanto, essa cobertura não significa fechar as fronteiras, o que não é possível em razão da extensão territorial envolvida. A proposta é ter presença ostensiva da polícia em vários pontos e atuar de forma articulada com as comunidades locais, inclusive, dentro da visão de polícia comunitária. Em seguida, o Presidente relatou que o terceiro elemento do tripé estratégico do denominado sistema de repressão qualificada, é o policiamento por vias hídricas ou policiamento costeiro. O presidente declarou que o Brasil tem mais de quinhentos anos de história náutica e uma fronteira marítima gigantesca, contudo até hoje não foi criado no país uma Guarda Costeira. E isto não ocorre somente porque a Constituição Federal deixou de inserir no seu artigo 144 tal policiamento, mas principalmente porque não há uma iniciativa de construir parcerias com os Estados nesse sentido. O presidente relatou alguns problemas ocasionados pela falta do guardamento costeiro e destacou que idéia da SENASP é que ainda no presente exercício seja construído um Sistema de Guardamento por Vias Hídricas em parceria com os Entes Federados. Finda a exposição, o presidente informou que o assunto foi apresentado ao Conselho Gestor porque os programas expostos serão implementados não só com recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, mas também do Fundo. Ademais, a execução deste ano será mais célere, por ser um ano eleitoral e o final do trabalho de muitos gestores, os quais estão empenhados por deixar algumas heranças sistêmicas. O presidente informou que a SENASP pretende executar esses programas por meio de aquisição direta porque além de acelerar a execução do Fundo, evita qualquer acusação, típica de ano eleitoral, de que a SENASP está fazendo politicagem na segurança. O presidente declarou que já havia comentado em reunião com os secretários de segurança estaduais, que este ano a SENASP defenderia a proposta de realização de programas mais céleres, sistêmicos e indutores. Essa proposta, embora possa contrariar alguns, evita que os recursos do Fundo sejam fragmentados em pedacinhos que acabam não atendendo demandas essenciais dos Estados e, por outro lado, possibilitará a entrega de importantes equipamentos que serão utilizados no aprofundamento das novas políticas sistêmicas. Após, os Conselheiros fizeram comentários gerais sobre a exposição. Em seguida o presidente desculpou-se por ter que deixar a reunião para atender compromissos externos, passou a presidência da reunião ao seu suplente, Dr. Sidnei Borges Fidalgo e

informou que na seqüência os técnicos da SENASP apresentariam detalhadamente cada um dos programas ali expostos.

Dando prosseguimento, o servidor Daniel Ulisses Meireles da Rocha, Chefe de Gabinete da SENASP, expôs os aspectos técnicos do PEFRON, abordando os seguintes pontos: missão do PEFRON; desenvolvimento do projeto; a faixa de fronteira do Brasil; perfil da criminalidade por faixa de fronteiras; estados envolvidos; assinatura de termos de cooperação federativa; tipos de bens a serem adquiridos; capacitação e treinamentos a serem ministrados; custo global do projeto; recursos investidos em 2009; fontes orçamentárias: PRONASCI, FNSP, Fundo Ambiental; parcerias ministeriais e organismos internacionais; concepção visual do PEFRON (“kit” a ser recebido pelos estados); relacionamento intergovernamental; fundamento legal; metas e resultados almejados e considerações finais.

Encerrada essa exposição, o Conselheiro Sidnei Borges Fidalgo solicitou que fosse retomado o primeiro ponto de pauta, antes da próxima apresentação. E com a aquiescência do Colegiado, foi aprovada por unanimidade a Ata da 62<sup>a</sup> Reunião Ordinária.

Em seguida, o servidor Cleverton Lautert Cruz explanou o tema relacionado à aviação de segurança pública ressaltando os seguintes aspectos: missão da assessoria especial de aviação policial; a Comissão de Aviação de Segurança Pública; relação geral dos recursos repassados aos estados em aviação/2009; recursos aplicados em treinamentos e capacitação na área de aviação de segurança pública/2009; eventos realizados para fomento da aviação em segurança pública/2009; integração da aviação com o PEFRON (cobertura aérea); proposta de ação conjunta com o projeto da Guarda Costeira; modelos de aeronaves utilizados na segurança pública; dispositivos de segurança nas aeronaves policiais; dificuldades enfrentadas para implantação do sistema de aviação; diretrizes da SENASP para aviação. E por último, o servidor solicitou que fosse consignado em ata o convite feito aos Conselheiros para participarem do próximo fórum de aviação que será realizado de 06 a 08 de maio, em Salvador/BA.

E por fim, o servidor Alexandre Arantes de Menezes, abordou o tópico referente ao policiamento hidroviário. Inicialmente, o servidor declarou ser policial federal de carreira há dez anos, porém antes dessa atividade, trabalhou por dez anos na marinha mercante e possui formação em Ciências Navais. E há seis anos está na Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis – CONPORTOS/MJ e há dois anos assumiu a presidência dessa Comissão. O servidor informou que recentemente foi convidado pelo Dr. Balestreri para fazer parte desse Programa que ainda é bastante embrionário. Dito isso, declarou que em que pese o belíssimo trabalho feito pela Polícia Federal – PF, como integrante dessa Instituição é conhecedor de que na área de polícia marítima da PF há somente 200 homens, enquanto que para essa atividade, a Guarda Costeira Americana possui mais de quarenta mil policiais e o Chile quarenta mil homens. Então, em razão dessa escassez de homens; da dimensão da fronteira marítima do Brasil que é de mais de 9 mil quilômetros e da plataforma continental brasileira que hoje é 712 mil Km<sup>2</sup> e ainda em virtude dos potenciais problemas criminais já relatos, a SENASP iniciou um estudo sobre polícia ostensiva aquaviária que cubra não só a costa marítima como também rios. O projeto inicialmente contemplará dois aspectos: 1) aquisição de embarcações e equipamentos para as bases operacionais que já existem nos Estados e 2) capacitação, formação e treinamento de policiais militares. As aquisições serão feitas pela SENASP e a segunda parte será realizada pela Marinha e pela polícia federal que desde 1999 vem formando profissionais em convênio firmado com a Marinha do Brasil. A previsão é que em dois anos, com o incremento dos policiais militares, o número de policiais salte de 200 para 5000. Atualmente, estão sendo elaborados os termos de referência para aquisição de embarcações para rios e para mar. Finalizando, o servidor informou que o projeto prevê a doação de vinte e nove kits para rios, treze para mar e dois para bases flutuantes, o qual é composto por

e viatura, embarcação e guincho de reboque. Além dos Estados, será doado à Polícia Federal, em razão da parceria, cinco kits para mar, quatro para rios e um para base flutuante.

Encerradas as apresentações, o Conselheiro Sidnei Borges Fidalgo esclareceu que muitas das aquisições ali mencionadas serão realizadas com recursos do PRONASCI. Porém, aquelas que forem especificamente atendidas com recursos do Fundo serão previamente submetidas ao Colegiado e devidamente detalhadas (bens, valor, estado contemplado etc), ou seja, o procedimento será o mesmo adotado nos processos de aquisição direta.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezessete horas e cinquenta minutos deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**Ricardo Brisolla Balestreri**  
Presidente do CGFNSP

**Não representado**  
Ministério da Justiça

**Felipe Daruich Neto**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Carlos Humberto Oliveira**  
Casa Civil da Presidência da República

**Carlos Rogério Ferreira Cota**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Não representada**  
Procuradoria-Geral da República